

**Presentes:**

Membros do Conselho: Tatiana Marin – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Judite Bartzike – Coresan Cascavel; Célio da Silva Correia – Coresan Cornélio Procópio; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Talita Slota Kutz – Coresan Francisco Beltrão; Dóris de Fátima Iastrenski – Coresan Guarapuava; Cláudia Regina dos Santos – Coresan Irati; Martinha Wilchak Verneke – Coresan Laranjeiras do Sul; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Leandro Aparecido Espiniano – Coresan Paranavaí; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – Coresan Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Jaciara Reis Nogueira Garcia – Coresan Toledo; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosangela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Ana Mirian Araújo Kriek – IDR-Emater.

Outros participantes: Angelita Avi Pugliese – DESAN/SEAB; Roselene Sonda – MP Paraná; Loreni Oliveira – SEAB Laranjeiras do Sul; Lucas Gabriel – DESAN/SEAB; Rita Kapasi – SEAB Dois Vizinhos; Jenifer Kruger – UFPR; Jean Petris – SEAB/UFPR; Sabrina Schuster – UFPR; Marcos Andersen – Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos/SESA; Renato Rezende Young Blood – Gerente de Sanidade Vegetal/ADAPAR; Ivo Melão – IDR-Emater; David Pereira Brito – Coresan Apucarana.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

**Pauta:**

1. Abertura e aprovação da pauta
2. Sistema PARA e Plano Estadual de populações expostas aos agrotóxicos - SESA
3. Sistema de controle de receitas de agrotóxicos - ADAPAR
4. Informes DESAN
5. Relato Câmara de Direitos Humanos
6. Relato Câmara de Políticas Públicas
7. Plenária final

**Memória:** Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner cumprimenta os presentes, enfatizando no cuidado durante o período de fim de ano e ressalta que essa será a última reunião de 2020. Ela informa que não há um calendário com dias fixos, mas que isso poderá ser discutido, principalmente em relação às reuniões do primeiro semestre de 2021. Em seguida, o convidado Marcos Andersen, Engenheiro Agrônomo da Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Estado da Saúde, é apresentado e inicia sua explanação sobre a terceira versão do Plano Estadual de Saúde. Ele informa que o Plano, planejado para os anos

**Ata da 5ª Reunião “Remota” Ordinária**  
Curitiba, 17 de dezembro de 2020.

2020 a 2023, traz algumas novidades: a forma de aplicação das ações de saúde a nível regional, municipal e estadual foram modificadas, pois a proposta agora é que a Atenção e a Vigilância atuem de maneira conjunta. Além disso, há novas temáticas abordadas no Plano, como os suicídios relacionados às doenças mentais desenvolvidas pela exposição ao agrotóxico. Após isso, concluindo sua apresentação sobre o Plano, o engenheiro passa a descrever as ações estratégicas propostas: a Ação de número 1 do Plano propõe o fortalecimento da vigilância e atenção à saúde das populações expostas aos agrotóxicos, promovendo a institucionalização e fortalecimento do tema de forma mais ampla; a Ação de número 2 visa à implementação da linha guia de atenção à saúde das populações expostas aos agrotóxicos, permitindo um olhar mais específico àqueles que sofrem diretamente pelo uso do agrotóxico; a Ação número 3 visa à vigilância das notificações e investigações exógenas por agrotóxicos, com o objetivo de qualificar o banco de dados de intoxicação exógena do Sinan Net, e investigar os casos de intoxicação por agrotóxicos graves e óbitos, além de investigar os casos de tentativas de suicídio por intoxicação por agrotóxico in loco; a Ação nº 4 implementa um programa de monitoramento da presença de agrotóxico em alimentos e na água de consumo humano; a Ação nº5 dá incentivo às formas de produção ambientalmente sustentáveis na promoção de uma alimentação adequada e saudável; a Ação nº 6 visa estabelecer ações de comunicação da SESA/PR sobre o tema “Agrotóxicos e Agravos à saúde”, por meio de boletins eletrônicos e materiais audiovisuais; a Ação nº 7 propõe a vigilância das intoxicações por agrotóxicos relacionados ao trabalho, realizando investigações dos casos de intoxicação, além de visar à capacitação das equipes de saúde dos municípios silenciosos, aqueles que não apresentaram nenhuma notificação de intoxicação por agrotóxico nos anos anteriores; a Ação nº 8 tem como objetivo realizar o diagnóstico inicial da prática de pulverização aérea de agrotóxicos no Paraná; a Ação nº 9 propõe a vigilância das tentativas de suicídio nos trabalhadores expostos aos agrotóxicos; por fim, a Ação nº10 promove ações sanitárias de controle, monitoramento e aperfeiçoamento da legislação sanitária estadual referente a saneantes desinfetantes, e tem como objetivo minimizar os riscos à saúde da população em geral e ao meio ambiente, realizando inspeções anuais nas indústrias de saneantes desinfetantes. No prosseguimento, Marcos Andersen inicia sua segunda apresentação, essa sobre o sistema PARA/PR. Ele informa que o objetivo do PARA/PR é verificar o nível de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, visando à segurança alimentar, e acrescenta que o sistema PARA/PR faz parte da Ação de número 4 do Plano Estadual de Saúde. Que para realizar a verificação do nível de resíduos de agrotóxicos nos anos 2018 e 2019, o programa utilizou 800 amostras de alimentos, coletadas nas 4 macrorregiões do Paraná, pesquisando ao todo 291 princípios ativos e metabólitos. O resultado obtido dessa amostragem declara que houve decréscimo de amostras insatisfatórias nos anos de 2018 a 2019 em relação aos anos anteriores. Ao todo, 83% dos resultados foram satisfatórios, dos quais apenas 26,80% não possuíam resíduos agrotóxicos. O engenheiro destaca que mesmo entre os resultados satisfatórios, há um número alto na média de detecções de princípios ativos de agrotóxico. Em seguida, ele mostra os resultados da alimentação escolar, a qual obteve resultado satisfatório em 90,29% das amostras, dos quais 67,96% não possuíam resíduos agrotóxicos. Em relação aos níveis de riscos de cada alimento, Marcos Andersen relata que foi adotado um novo modelo de avaliação em razão da incerteza que os modelos e os indicadores anteriormente utilizados possuíam. Que o novo modelo, chamado de modelo probabilístico, possui uma régua de

impacto e de probabilidade, criando a partir disso uma matriz de risco. A régua de impacto leva em consideração o percentual de amostras insatisfatórias, média de detecção de princípios agrotóxicos, diversidade de agrotóxico encontrados, classe do agrotóxico e o percentual de impacto na POF. O risco é medido pela frequência de ocorrência no histórico e os pesos dos graus de impacto. A partir da matriz, explana Andersen, tem-se o seguinte quadro de risco: o morango e o pimentão possuem nível crítico; o tomate, a uva, beterraba e o couve possuem nível alto, enquanto a laranja, maçã, farinha de trigo, pepino, goiaba, alface, batata, limão, cebola, cenoura, abobrinha, abacaxi, couve-flor, brócolis e chuchu são de nível moderados e a farinha de milho, repolho, banana e o melão, de nível baixo. Os alimentos classificados como “risco crítico” e “risco alto”, se consumidos continuamente, podem ter maior correlação com a possibilidade de causar efeitos adversos à saúde da população, conclui Marcos. Ele recomenda, por fim, o consumo de alimentos de época, por conta das condições climáticas favoráveis ao cultivo, além de buscar informações sobre o alimento consumido através da rastreabilidade e do rótulo. Na sequência, o secretário executivo Valdenir Veloso apresenta Renato Blood, Gerente de Sanidade Vegetal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Renato Blood inicia sua apresentação sobre o sistema de controle de receitas de agrotóxicos, o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxico do Estado do Paraná - SIAGRO. Ele informa que em 2009 a SEAB recebeu 3 milhões de receitas agrônomicas, mostrando a necessidade de criação de um novo modelo de repasse das informações para o Estado e um novo modo de fiscalizar. Informou também que no ano seguinte, com base nessa dificuldade, o Paraná desenvolveu o sistema SIAGRO, cujo desafio é gerenciar 100 milhões de Litros/Kg de agrotóxicos utilizados no Estado anualmente, 4 milhões de receituários agrônomicos por ano, 6186 profissionais habilitados e 1638 comerciantes de agrotóxicos. E que por meio do SIAGRO o levantamento de informações é feito pela internet, facilitando o planejamento da fiscalização, tornando possível consultar 100% dos dados diretamente pelo computador, permitindo fazer um cruzamento de informações por meio de um levantamento do histórico do produtor de todo Paraná de 2013 a 2020. O Gerente de Sanidade Vegetal da ADAPAR ressalva que o SIAGRO auxilia o fiscal no apontamento de “suspeitas” de irregularidades. E com a utilização do *Business Intelligence*, programa que organiza as informações, a pesquisa é muito mais prática e satisfatória. Em 2019, relata Renato, o programa passou a contar com coordenadas geográficas nas receitas agrônomicas, tornando a busca muito mais ágil. Dando exemplo de um caso, ele relata sobre o uma deriva ocasionada por uma má utilização de agrotóxico em uma época de seca, causando a perda de toda plantação de uva vizinha. Por meio do sistema, foi possível identificar tanto a origem da deriva, quanto a área alastrada. Outra ferramenta pertinente, acrescenta ele, é o Geoadapar, que está na fase final de implementação e que permite analisar pontos de calor no mapa, a fim de realizar uma análise e um cruzamento de informações mais precisos. Concluindo sua apresentação, Renato Blood expõe os resultados esperados pelo Geoadapar e SIAGRO para os próximos anos, entre eles uma maior rastreabilidade do uso de agrotóxicos em alimentos, água, culturas sensíveis, cultivos sensíveis e áreas sensíveis; abertura de mercados no Paraná por conta da segurança e também auxiliar como indicador de praga agrícola. Solicitando um aparte, as conselheiras Marilze Brandão, Kelly Franco de Lima e Adriane Leandro e o secretário executivo Valdenir Veloso questionam respectivamente sobre quem recebe a responsabilidade na destruição de colheita por conta das derivas e em quais

regiões o Plano Estadual de Saúde está mais desenvolvido; sobre a atual situação do Paraná, visto que é o segundo maior estado consumidor de agrotóxico no Brasil, mesmo perante o grande investimento em fiscalização de agrotóxicos e também sobre os produtos não autorizados identificados em alimentos, ligados aos produtos contrabandeados pela divisa do Brasil. Renato Blood responde que em relação aos produtos contrabandeados é comum trabalharem 3 vezes ao ano em conjunto com o Ministério da Agricultura, Ministério Público e Polícia nas regiões de divisa entre Brasil e Paraguai. Ele informa que há uma dificuldade para lidar com as pessoas que compram esses produtos, pois precisam do intermédio da polícia. Ele ressalva que nesse sentido a ferramenta Geoadapar pode possibilitar algum tipo de fiscalização, visto que ao serem utilizados agrotóxicos não registrados, uma área vazia no mapa é “realçada” por falta de informações no banco de dados. Respondendo às questões anteriores, Renato Blood informa que o ministério público responsabiliza criminalmente as pessoas que usam agrotóxicos em desacordo com a lei e que o Estado vai iniciar novamente uma campanha na questão das derivas de agrotóxico, pois é perceptível que o produtor recebe o treinamento e a informação, mas continua aplicando incorretamente. Respondendo à questão sobre as regiões com mais desenvolvimento do Plano Estadual de Saúde, Marcos Andersen elogia o trabalho de 3 regiões: Cascavel, pois há um bom avanço na vigilância e na atenção desses municípios e um envolvimento de outros órgãos nessa temática; Guarapuava, com um GT Agrotóxico muito bom e também Campo Morão com um GT Agrotóxico atuante. Por fim, em resposta à questão sobre o atual cenário do Estado, sendo o segundo maior consumidor de agrotóxicos no Brasil, ele compara a situação do agrotóxico à discussão da Covid-19: é mais importante a economia ou a saúde? Em sua visão, Marcos comenta: infelizmente a economia tem ganho, pois os problemas de saúde possuem diagnósticos mais demorados, visto que umnexo causal apontando o agrotóxico como responsável por determinado câncer é muito complicado. Em seguida, dando continuidade à pauta, a conselheira Marilze fala sobre os trabalhos da Câmara de Direitos Humanos. Ela informa que houve um ofício enviado ao IDR solicitando informações sobre o Programa de Distribuição de Sementes. A resposta obtida, lida pela conselheira Maria Isabel, foi uma explanação dos motivos por usarem as variedades melhoradas e não as variedades crioulas. A conselheira Maria Isabel, em seguida, solicita que seja complementado ao ofício de resposta um pedido para viabilizar, no futuro, prioritariamente aos povos indígenas e comunidades tradicionais, a replicação das sementes ancestrais, sementes que estão sendo guardadas pelos guardiões e guardiãs do Paraná. Na sequência, o secretário Valdenir Veloso informa que o relato da Câmara de Políticas Públicas não será apresentado por conta da ausência dos dois responsáveis pela pauta. Em prossecução, a conselheira Márcia Cristina inicia a pauta sobre os informes do DESAN. Ela informa que houve necessidade de suplementação do PLC, por conta da alta contínua do preço do leite, um cenário diferente em relação aos anos anteriores. Márcia Cristina relata que em setembro o valor mensal totalizou 8 milhões e 700 mil e em outubro totalizou 9 milhões e 258 mil, ficando uma média de 2,87 o valor do litro do leite. Ela informa que essa suplementação foi acertada, provendo o recurso necessário para pagar o final da PLC de 2020. Em relação ao Compra Direta, ela informa que dos 20 milhões contratados, fecharão o ano com uma exatidão de 94% do valor já pago. E que conseguiram finalizar 7 convênios com prefeituras: 4 centrais públicas em Itapejara, Perobal, Lunardelli e Jundiá do Sul, 1 cozinha e panificadora comunitária em Prado Ferreira, 1 horta



Conselho Estadual de Segurança Alimentar  
e Nutricional do Paraná



**Ata da 5ª Reunião “Remota” Ordinária**  
Curitiba, 17 de dezembro de 2020.

comunitária em Cianorte e 1 feira da agricultura familiar em Faxinal, totalizando mais 476 mil, batendo recorde de apoio e fomento aos equipamentos de Segurança Alimentar em todo o Estado. Dando continuidade, Pastor Célio da Silva questiona sobre o PAA Federal, Márcia Cristina por sua vez responde que dos 66 municípios selecionados de menor IDH, há uma grande dificuldade em 22 deles, pois esses municípios não informam quais são os agricultores e quais culturas serão adquiridas. Nesse quesito, os conselheiros solicitam que sejam informados quais são os municípios que não devolveram a documentação necessária para participar do programa. A conselheira Marcia Cristina informa ainda que o recurso de 27 milhões obtido para a abertura do novo Compra Direta não será suficiente para atender a totalidade das entidades nesse ano, e propõe uma separação: os municípios atendidos pelo PAA Federal não serão atendidos pelo Compra Direta, fazendo com que os 27 milhões se estenda pelo próximo ano. Contribuindo com a pauta dos Relatos da Câmara Direitos Humanos, o convidado Ivo Melão do IDR-Emater fala do programa do Governo do Estado sobre a distribuição de sementes de feijão e milho para as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares e compara o programa com outro vigente, A Rede Sementes da Agroecologia no Paraná (ReSA), dizendo que o segundo não se limita apenas a distribuição, mas a todo um trabalho de educação agroecológica. Diferentemente do que acontece com o programa do Governo do Estado, que visa apenas à distribuição e é através de cultivos convencionais, sendo um programa mais tecnológico. Solicitando um aparte, Roselene Sonda do MP Paraná, informa que será redigido um termo de cooperação entre o MP e o Consea para a manutenção do sistema Atuação de controle das adesões ao SISAN. Finalizando a reunião, a presidente Roselli Pittner agradece a presença de todas e todos, enaltecendo a forte participação na reunião com 35 presentes e deseja a todos e todas um ótimo natal.

**Subscreve a memória:**

Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Agente Técnico Profissional SEAB